

Análise Empírica Do Processo De Institucionalização Do Sistema da CAPES Nos Programas de Pós-Graduação Em Administração: Estudo De Casos Múltiplos

Autoria: Paulo César Matui, Mário Sacomano Neto, Sibelly Resch

Resumo

Os programas de pós-graduação em administração fazem parte de um campo acadêmico em meio a um processo de transformação e mudanças. Tal campo é mobilizado, predominantemente, por uma fonte regulatória, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Rossoni e Guarido Filho (2009) demonstram que as características dos relacionamentos entre os PPGAs e outros atores desse campo, incluindo a CAPES, acabam por estabelecer graus de coordenação estrutural numa trajetória de legitimação de instituições. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar empiricamente o modo como a CAPES tem sido capaz de produzir transformações no campo acadêmico e qual o papel das redes sociais nos processos de transformação do campo. A estratégia metodológica adotada combinou análise de redes sociais a estudos de casos múltiplos (GUMMESSON, 2007), realizados em 3 PPGAs de IESs confessionais do Estado de São Paulo. Para tanto, realizou-se pesquisa documental para coleta de dados secundários no portal da CAPES. A análise pôde ser aprofundada através de dados primários obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas. A triangulação ocorreu entre estrutura de relacionamento em rede e regras de governança expressa nas regras objetivadas pelos casos em análise – cânones, regimentos internos e estatutos. O poder desta combinação pôde ser comprovado neste trabalho nas medidas de equivalência estrutural e conexidade (GALASKIEWICZ e BURT 1991, WASSERMAN e FAUST, 2008). Tais propriedades de redes são convergentes com o processo de imitação proposto por Burt (1987) e Galaskiewicz e Burt (1991) como sendo os modelos empíricos aderentes ao processo de isomorfismo de DiMaggio e Powell (1983). Para a análise de redes sociais foram considerados os estudos de contágio por equivalência estrutural e/ou por conexidade de Galaskiewicz e Burt (1991). Os autores centrais deste estudo são Granovetter (1985), Clegg (1994) e Weick (1995). Como resultado identificou-se uma relação entre as categorias de posicionamento relativo ao CTC-ES (central/periférico) e a categoria de relacionamento (Conexidade e Equivalência Estrutural) expressa na presença (Equivalência Estrutural) ou ausência (Conexidade) de “alters”, trianguladas com as redes de relacionamento normativo – aquele(s) que “ego” deseja assemelhar-se (GALASKIEWICZ e BURT, 1991). Uma vez que a CAPES não tem objetivo de influenciar o planejamento estratégico dos PPGAs (MACCARI, ALMEIDA, *et al.*, 2009), porém quanto mais próximo da Comissão de Área do CTC-ES um PPGA se torna, o PPGA se torna mais aderente aos objetivos de institucionalização propostos no PNPG 2005-2009. Aparentemente o mecanismo de institucionalização da CAPES é o da Conexidade. As principais contribuições desse artigo são: (i) a convergência teórica de produção de sentido e teoria institucional, com a abordagem empírica de análise de redes sociais, e (ii) o uso combinado das metodologias de análise de redes sociais e estudos de caso.

1 Introdução

Os programas de pós-graduação em administração fazem parte de um campo acadêmico em meio a um processo de transformação e mudanças. Tal campo é mobilizado, predominantemente, por uma fonte regulatória. A entidade regulatória, principal ator, é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que tem atuado no aperfeiçoamento do campo acadêmico a cerca de 30 anos. Historicamente, a CAPES tem realizado um contínuo processo de análise e proposição de sistemas a serem institucionalizados nos programas de pós-graduação. Num breve histórico de seus Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) podemos citar que: (i) o PNPG 1975-1979, primeiro plano da CAPES, teve como principal diretriz a institucionalização do sistema de capacitação docente (CAPES, 2004); (ii) no PNPG 1982-1985, o segundo plano, a proposição foi a institucionalização da avaliação como instrumento de controle da qualidade do ensino (CAPES, 2004); (iii) o PNPG 1986-1989, sua terceira edição, teve como principal diretriz a institucionalização da pesquisa científica nas universidades (CAPES, 2004); e (iv) no PNPG 2005-2010, quarto plano, “reafirma-se que a avaliação deve ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto desses resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade.” (CAPES, 2004, p. 89). Ou seja, estabelece-se que na avaliação da produção objetivada pelo campo, nos quesitos qualidade, especificidades de áreas e impacto acadêmico e empresarial e social, reside o processo de aprimoramento do sistema – em síntese o propósito deste quarto plano.

Rossoni e Guarido Filho (2009) demonstram que as características dos relacionamentos entre os PPGAs e outros atores deste campo, incluindo a CAPES, acabam por estabelecer graus de coordenação estrutural numa trajetória de legitimação de instituições. Ademais, a estrutura de produção acadêmica possui um histórico que serve de referência para a produção de novos trabalhos. Assim, estabelece-se uma estrutura relacional de governança entre PPGAs, ANPAD, instituições de ensino e pesquisa, pesquisadores e outros agentes, como a CAPES. É provável que esse processo ocorra não caoticamente, mas de modo relativamente ordenado (ROSSONI e GUARIDO FILHO, 2009). De acordo com os autores, esse campo tem evoluído de modo relativamente ordenado, tendo como principais ordenadores os sistemas propostos pela CAPES. No entanto, não se pode dizer que a CAPES seja o único ordenador, uma vez que seu olhar se dirige para todo o campo científico e os autores atribuem a um conjunto de atores o papel de tal ordenação. Mas, é possível cogitar a hipótese de que a CAPES tem desempenhado esse papel determinante para a ordenação do campo através de seu sistema de avaliação e por seu caráter regulatório.

De acordo com Maccari et al. (2009) o sistema de avaliação da CAPES tem auxiliado os PPGAs em seu planejamento estratégico (planejamento pedagógico). Assim, os critérios de avaliação têm sido considerados pelos PPGAs como fonte de direcionamentos ao planejamento de “esforços e investimentos tanto para a melhoria da infra-estrutura como para a elevação da qualidade nos critérios: Corpo Docente e Produção Intelectual, Corpo Discente e Egresso, e Inserção Social” (idem, p. 12). Podemos ver reflexos em direcionamentos (ordenadores) como, por exemplo, se “professores do corpo permanente que não conseguem atingir patamar [cotas de produção científica anual] no triênio passam a figurar como colaboradores ou até mesmo saem do quadro de professores do programa. Já os professores colaboradores que apresentam pontuação compatível com a exigida podem vir a fazer parte do corpo permanente” (MACCARI, et al., 2009, p. 11).

Outras pesquisas do campo apresentam uma intensificação da cooperação entre PPGAs e docentes como forma de aumentar a produção científica em resposta às pressões regulatórias (MELLO, CRUBELLATE e ROSSONI, 2009; MELLO, CRUBELLATE e ROSSONI, 2010). Além disso, a comunicação entre os atores do processo de institucionalização vem se intensificando. Assim, é natural que se desenvolvam padrões cognitivos assemelhados entre PPGAs e docentes (MELLO, CRUBELLATE e ROSSONI, 2010). Os autores tratam da produção de conhecimento científico, porém as cotas produtividade de conhecimento estão associadas à produção esperada pela CAPES, cuja métrica é predominantemente quantitativa. Para Maccari et al. (2009) as cotas de produção individual docente podem se institucionalizar como balizadores para a rotatividade ou mobilidade docente. Algo como uma estratégia para o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas pela CAPES.

Tais resultados são evidências de um campo em transformação, envolvendo respostas estratégicas às pressões regulatórias. Por isso, esse trabalho tem como objetivo analisar o modo como a CAPES tem sido capaz de produzir transformações no campo acadêmico e qual o papel das redes sociais e das regras de governança neste processo de transformação. No sentido de orientar o processo de pesquisa elaborou-se uma questão que norteia o estudo: Como a estrutura de relacionamento influencia respostas estratégicas?

2 Revisão Teórica

Para realizar a análise de redes sociais é necessário considerar os canais de comunicação entre os atores do campo. Para isso, nos apoiaremos nos estudos de contágio por equivalência estrutural e/ou por conexidade de Galaskiewicz e Burt (1991). Os autores centrais desse estudo são Granovetter (1985), Clegg (1994) e Weick (1995). Estes autores, cada um a sua maneira, convergem para uma interpretação de indivíduo e organização de forma social. Granovetter (1985) se posiciona de forma seminal quando descreveu o problema da imersão. Clegg (1994) descreve o indivíduo como tendo ações limitadas pelas regras da organização e como ator fundamental na elaboração de tais regras, e Weick (1995) pelos mecanismos de produção de sentidos e sua convergência com análise de redes sociais.

2.1 Teoria Institucional

No centro da teoria institucional está o questionamento: “por que há essa surpreendente homogeneidade de formas e práticas organizacionais” (DiMAGGIO e POWELL, 2007, p. 118)? A tese de DiMaggio e Powell (2007 apud GALASKIEWICZ e BURT, 1991, p. 88, tradução nossa) concentra seu foco nos “processos sociais tidos-por-certos que explicam como e por que as organizações, a textura de campos organizacionais, mudam ao longo do tempo”.

O aspecto mais evidente no trabalho de DiMaggio e Powell (2007) é a ênfase no processo adaptativo das organizações em resposta às mudanças do campo no tempo. Estes autores propõem que a textura de campos organizacionais é pressionada a se tornar uniforme assim que um campo “fica bem estabelecido” (DIMAGGIO e POWELL, 2007, p. 119). A este fenômeno eles atribuem a designação de “isomorfismo” (DIMAGGIO e POWELL, 2007, p. 120). Segundo Hawley (1968 apud DiMAGGIO e POWELL, 2007) o isomorfismo se constitui como um processo restritivo que força uma unidade de uma população a se assemelhar às outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais.

DiMaggio e Powell (2007, p.121) identificaram três mecanismos de mudança isomórfica institucional: (1) coercivo, que provém da influência política e do problema da legitimidade; (2) mimético, que resulta de respostas padrão à incerteza; e (3) normativo, associado à

profissionalização. Os mecanismos miméticos e normativos envolvem disposições gerenciais influenciadas por pressupostos do tipo tido-por-certo (inquestionáveis) e não por disposições individuais conscientemente estratégicas (DiMAGGIO e POWELL, 2007, p. 149). Já com relação ao mimetismo, se trata de uma força poderosa que estimula a imitação. As organizações podem se espelhar em outras organizações quando as tecnologias organizacionais são mal compreendidas, quando os objetivos são ambíguos ou quando o ambiente cria incerteza simbólica (MARCH; OLSEN, 1976). As vantagens do comportamento mimético, na economia da ação humana, são consideráveis quando uma organização enfrenta um problema com causas ambíguas e soluções pouco claras. Assim, uma abordagem problemística [processo de procura ou pesquisa estimulado por um problema específico] pode render uma solução viável de baixo custo (DIMAGGIO e POWELL, 2007, p. 123)

Entretanto, a teoria do isomorfismo organizacional não se preocupa em identificar predisposições individuais ou estados psicológicos, mas determinantes estruturais que os agentes (indivíduos) possam considerar racional ou prudente. Dessa forma, compreende-se que a teoria institucional é iminentemente macro em sua unidade de análise, porém, contribui com as categorias de análise desse estudo.

2.2 Redes Sociais

Uma rede é um conjunto de atores ligados por um conjunto de laços. Os atores, que também são chamados de “nós”, podem ser pessoas, equipes, organizações, contratos, entre outras. As relações ou “laços” conectam pares de atores e podem ser: bi-direcional (como na relação entre pessoas casadas) ou unidirecional (como na grande maioria das citações em artigos científicos, conhecemos e referenciamos autores que podem não nos conhecer). As relações também podem ser dicotômicas (presente ou ausente) (BORGATTI e FOSTER, 2003). Na prática, isso significa que atribuímos os valores 0 (zero) para ausência de relação e 1 (um) para determinar a presença da relação. Também podemos atribuir medidas escalares a relações existentes, como em Granovetter (1973) que atribui uma medida associada ao número de interações sociais entre dois atores para diferenciar laços fortes de fracos. Uma rede pode ser composta por vários tipos de laços se constituindo como uma rede complexa em que conjuntos de diferentes tipos de relações estão presentes (como laços de amizade, profissional, religioso, familiar etc). Cada conjunto de um determinado tipo constitui uma relação binária social diferente. Por exemplo, atores de uma organização podem não ter nenhum laço familiar presente (rede familiar ausente neste contexto), mas possuem laços de amizade presentes. No entanto, as redes são analisadas em agrupamentos separados de relações, pois diferentes tipos de laços podem funcionar de forma diferente. Por exemplo, um ator central em uma rede de consultas e aconselhamentos profissionais tem implicações diferentes de outro ator central de consultas e aconselhamentos matrimoniais. Neste exemplo, as implicações profissionais e familiares podem ter, em determinada instância ou caso, alguma ligação, o que não significa que isto venha a ser um padrão. Assim suas distintas centralidades podem ter significados diferentes.

Alguns antropólogos vêem na complexidade uma forma de atribuir força a uma relação entre dois ou mais atores na presença de relações sociais diferentes, como em Kapferer (1969 apud GRANOVETTER, 1973). Mas esta abordagem é incomum, mesmo que válida. É possível que isto ocorra pela dificuldade de dar tratamento matemático a multiplexação de relações.

Quando concentramos nossa atenção em um único ator, chamamos este ator de “ego” e chamamos o conjunto de nós com quem “ego” se relaciona de “alters”. O conjunto de “ego”, seus “alters” e todos os laços entre eles é chamado rede-ego.

Além da perspectiva relacional, também é importante para a análise de redes sociais os seguintes conceitos: “(i) atores e suas ações são vistas como interdependentes, (ii) a relações entre atores são canais para transferência ou fluxo de recursos (tangível ou intangível), (iii) modelos de redes focados em perspectivas individuais vêem estruturas ambientais como oportunidades ou restritoras de ação individual, e (iv) modelos de redes conceituam estruturas (social, econômica, política, etc) como padrões de relações duradouras entre atores” (WASSERMAN e FAUST, 2008, p. 4, tradução nossa).

A linguagem estabelecida pela Análise de Redes Sociais nos permite fazer indagações sobre a posição e função de um “nó” de rede comparativamente a outros “nós”, ou seja, sua função e/ou posição social. A equivalência estrutural e a equivalência isomórfica são conceitos importantes para esta análise (WASSERMAN e FAUST, 2008). Dois atores são estruturalmente equivalentes se em uma mesma estrutura estes atores se relacionam com os mesmos atores. Isto significa terem a mesma posição e função social, o que limita a comparação entre distintas populações - organizações diferentes, por exemplo. Alternativamente, muitos autores têm proposto o conceito de equivalência automórfica, que se trata de comparar posição e função de forma geral e entre populações, porém, é necessário ser possível descrever funções individuais em termos de padrões ou tipos de relações indiferentemente da identidade dos “alters” envolvidos. A posição estrutural de um ator (ego) pode ser identificada por grafos que representem padrões isomórficos entre distintas populações – organizações, por exemplo, (WASSERMAN e FAUST, 2008).

Além da posição e função na rede, também é possível analisar a coesão dos atores. Para Wasserman e Faust (2008, p. 24 9, tradução nossa), uma rede possui “sub-conjuntos de atores que entre eles apresentam relacionamentos relativamente fortes, diretos, intensos, freqüentes, ou positivos”.

A representação gráfica de uma rede pode ser feita por um grafo, onde os nós (vértices ou pontos) representam os atores e as linhas que os unem são suas relações. É uma representação dicotômica de relações, ou seja, apenas as relações existentes aparecem nos grafos (WASSERMAN e FAUST, 2008). Nesse estudo os resultados serão apresentados os resultados por grafos, pois se trata de um recurso visual que simplifica a interpretação.

2.3 O Problema da Imersão

O problema da imersão se refere à influência exercida pelas relações sociais nas ações/reações humanas. Ou seja, quanto uma determinada ação ou reação de um ator expressa ou incorpora uma ação ou reação socialmente estruturada. Por este motivo Granovetter (1985) propõe o conceito de imersão (embeddedness) em que um ator não produz significados organizacionais puramente individuais, ou atomizados, mas sim do “comportamento [...] profundamente imerso em redes de relações interpessoais” (GRANOVETTER, 1985, p. 504). Daí vem o sentido de estar imerso.

Em seu artigo Granovetter (1985) critica as abordagens subsocializada e supersocializada e o funcionalismo decorrente de seu propósito. Argumenta que tais abordagens abstraem a estrutura social, que segundo ele, dá forma ao processo. Granovetter (1985) ilustra sua proposição elaborando “uma crítica ao programa de pesquisas de ‘mercados e hierarquias’ de” Williamson (1975, p. 481). Williamson (1975) pressupôs que as ações econômicas humanas se manifestam num comportamento subsocializado – fundamentado na atomização do indivíduo. Para Williamson (1975), os traços de natureza relacional ou supersocial são uma anomalia. Granovetter (1985, p. 506) afirma que a perspectiva da consonância ou dissonância cognitiva pode ser substantivada em traços como reputação e regras de governança, e “quando se analisa

[a] posição [do ator] e suas ambições nas redes dentro da empresa e nas coalizões políticas, esse comportamento é facilmente interpretado”.

2.4 Ação Integrada a um Contexto

Para Weick (1995 apud NORD e FOX, 2004, p. 199), o indivíduo “age e então responde tentando achar o sentido daquilo que fez”. Ao longo deste processo a organização se adapta a novos significados. Neste aspecto, os novos significados passam a figurar no contexto de influência do indivíduo e assim encontramos a natureza da reciprocidade. Os novos sentidos irão influenciar as disposições individuais novamente – processos mutuamente determinantes. Para Clegg (1994, p. 149, tradução nossa), que Nord e Fox (2004) apontam como convergente com a visão de Weick (1995), “indivíduos são concebidos como subjetividades abstraídas da estrutura”. Mais especificamente, Clegg (1994) busca se concentrar em como certas estruturas de subjetividade são modeladas e no recurso das regras para a transferência de racionais. Segundo Clegg (199, p. 161) são as regras que “prevêm a lógica subjacente para articulações, que as agências, tanto individual como coletiva, rotineiramente fazem em contextos organizacionais”. De acordo com este autor o poder circunscrito em regras contextuais permite e limita a ação dos agentes organizacionais (CLEGG, 1994). As regras permitem aos pesquisadores “transcender os limites do interesse individualista de ‘entendimento interpretativo’ como um tipo de acesso privilegiado da subjetividade de outros” (CLEGG, 1994, p. 159).

Clegg (1994) sugere que na identificação de regras e sua abrangência, podemos elaborar uma régua em que é possível categorizar os racionais de ação estruturalmente sustentados até os racionais de ação desprovidos de estrutura. Weick (1995 apud NORD e FOX, 2004, p. 200), em trabalhos mais recentes, define o indivíduo como inteiramente social. Assim, para efeito da análise realizada nesse trabalho, o estar desprovido de estrutura significa estar desprovido da estrutura contextual em análise.

2.5 Agente, Contexto e Instituição

Para Weick et al. (2005), a produção de sentido oferece micro-mecanismos que ligam atores e campos organizacionais ao longo do tempo. Entre os mecanismos propostos estão os processos mimético, agência e “*ongoing interaction*” que geram a definição de processos “*taken for granted*” socialmente. O processo de organizar parece ser o processo em que sucessivas intervenções organizacionais ocorrem ao longo do tempo, com os agentes organizadores dando suas respostas aos problemas propostos no campo, e estas respostas alimentam novas transformações do campo e novamente os agentes organizadores entram em ação – num movimento contínuo e interminável. Weick (1995) aborda este processo como uma construção cultural na organização. O autor sugere que no compartilhamento de subjetividades individuais, denominado por ele como intersubjetivo, ocorre a primeira passagem para o reconhecimento coletivo de uma ação. Uma ação se torna tida-por-certa quando atinge o nível denominado de genérico subjetivo. Seriam como níveis de propagação de sentidos em uma organização ou campo, em que o intersubjetivo é um micromecanismo cultural-cognitivo (mimético) e o genérico subjetivo um micro-mecanismo normativo – tido-por-certo, embasado por uma opinião profissional, ou até mesmo objetivado em um estatuto e/ou rotina de trabalho, por exemplo. Na proposição de Weick (1995) os micro-mecanismos intersubjetivos e genéricos subjetivos estão associados à instabilidade e estabilidade de um campo respectivamente. Pode-se citar como exemplo, o processo atual de avaliação da CAPES, em que o micro-mecanismo de

intersubjetividade passa a ter mais ênfase nos PPGAs, pois rotinas tidas-por-certo já não são tão eficazes mediante as novas exigências, assim é preciso definir novas subjetividades genéricas.

2.6 Contágio (Imitação)

Galaskiewicz e Burt (1991) elaboraram um estudo comparativo entre dois modelos de redes sociais para a descrição do processo de contágio entre organizações filantrópicas. Os modelos comparados foram contágio por equivalência estrutural e por coesão. O primeiro relaciona similaridades no processo de doações filantrópicas a estruturas equivalentes – estruturas automórficas segundo Wasserman e Faust (2008) – e o segundo relaciona o compartilhamento de avaliações de doações filantrópicas a coesão da rede.

Em seu trabalho, Galaskiewicz e Burt (1991), associam a similaridade e o compartilhamento no processo de avaliações de doações às organizações filantrópicas ao processo de institucionalização descrito no trabalho de DiMaggio e Powell (1983), cujos mecanismos foram descritos anteriormente. Galaskiewicz e Burt (1991) indicam as redes de relacionamento entre tais organizações e seus agentes como um importante veículo que conduzem as organizações ao isomorfismo. Assim, DiMaggio e Powell (1983) acreditam que o processo de institucionalização é o tido-por-certo social, compartilhado, coletivo e que leva à transformação de um campo organizacional ao longo do tempo.

O modelo da coesão, que de acordo com Galaskiewicz e Burt (1991) oferece pouco suporte ao processo de contágio, fundamenta-se na comunicação freqüente e empática entre pessoas. Em princípio, os atores adquirem entendimento normativo nestas interações. O processo de contágio ocorre entre pessoas numa estrutura mínima, uma díade. Por díade entenda-se um par de atores relacionados (WASSERMAN e FAUST, 2008). Aqui vemos grande convergência com a interpretação de Weick (1995) quando ele descreve a comunicação bidirecional. Assim parece possível articular esta perspectiva bidirecional de Weick (1995) ao mecanismo de contágio por coesão descrito em Galaskiewicz e Burt (1991).

O contágio, pelo modelo da equivalência estrutural, ocorre entre atores que desempenham funções similares em um determinado campo organizacional. Quanto mais similares forem as relações destes atores no campo organizacional, mais seus atores irão adotar crenças, opiniões profissionais, informação, e relacionamentos. O processo baseia-se na comunicação simbólica, no que é percebido como atrativo entre os atores (GALASKIEWICZ e BURT, 1991). Em princípio, este conceito “geralmente aplica-se para a competição entre pessoas apenas usando um ao outro para avaliar sua adequação relativa” (BURT, 1987, p. 1291, tradução nossa) ao trabalho. Outra interessante característica desta abordagem é que a equivalência estrutural compõe-se de um sistema social e não necessariamente uma díade. O ator é parte integrante de um estrato social que o influencia em suas atitudes e percepções (GALASKIEWICZ e BURT, 1991). É possível articular este ponto com o conceito de Weick (1995) de comunicação unidirecional. Para Weick (1995) interações unidirecionais são associadas a interações simbólicas, e, portanto associações com interpretações imaginárias.

O contágio por equivalência estrutural concentra-se na estratificação informal de agentes num campo organizacional, na identificação de um estrato dentro deste campo e na influência dos padrões deste estrato nas percepções e atitudes dos agentes (GALASKIEWICZ e BURT, 1991). Para confirmar o mecanismo de equivalência estrutural como a melhor representação para o processo de contágio em um campo organizacional, os autores se concentraram em demonstrar empiricamente partes do trabalho de DiMaggio e Powell (1983), em particular, sua articulação toma como referência a seguinte afirmação de DiMaggio e Powell (1983):

Eles, DiMaggio e Powell (1983), argumentam que redes profissionais que interligam organizações e difundem informações e atitudes “criam um pool de indivíduos quase intercambiáveis que ocupam posições semelhantes numa série de organizações e possuem uma similaridade de orientação e inclinação que podem anular as variações na tradição e controle que, em caso contrário, poderiam moldar o comportamento organizacional” (GALASKIEWICZ e BURT, 1991, p. 90, tradução nossa).

Galaskiewicz e Burt (1991) consideram que o contágio entre organizações ocorre através da constituição de comunidades profissionais cuja característica é a conexidade entre organizações do mesmo campo organizacional. Estas proposições são definidas pela “troca de informação entre os profissionais [que] pode contribuir para uma hierarquia comumente reconhecida de status, de centro e periferia, que se torna uma matriz para os fluxos de informação e o movimento de pessoal entre as organizações” (GALASKIEWICZ e BURT, 1991, p. 90, tradução nossa).

Apesar desta indicação, Galaskiewicz e Burt (1991) observam que a equivalência estrutural apresenta-se melhor como mecanismo de contágio entre organizações de um mesmo campo. Os autores definem equivalência estrutural por semelhanças entre atores nos tipos de relacionamento ou padrões de relacionamento. Tal definição em Wasserman e Faust (2008) é dada a equivalência automórfica, uma definição sugerida com o fim de tornar mais abrangente o conceito de equivalência em redes. A menos desta variação – estrutural como automórfica – sugerida por Galaskiewicz e Burt (1991), sua análise segue a definição para equivalência estrutural como a dada por Wasserman e Faust (2008, p. 468s) para equivalência automórfica. Para Galaskiewicz e Burt (1991) as estruturas de redes somente são equivalentes se os atores das redes se relacionam com outros atores semelhantes.

Outra definição importante nesta análise é a posição relativa dos atores. Ao longo do seu trabalho, Galaskiewicz e Burt (1991), referem-se ao ator “ego” e ao ator “alter”. Esta diferenciação é importante, pois identifica os papéis. O ego é o ator que busca posicionar-se, mesmo que imaginariamente, na posição de outro, o alter. O alter é, portanto, aquele ator cuja capacidade profissional é distintiva e suas ações têm caráter normativo para o ego. Apesar de serem estruturalmente equivalentes, tais atores, alter e ego, não necessariamente tem relacionamento interpessoal. A não existência de relação interpessoal é que torna a comunicação, entre alter e ego, simbólica (GALASKIEWICZ e BURT, 1991). Mas o caráter aqui descrito é uma comunicação onde o ator ego toma o ator alter como um “quadro de referências para julgamentos subjetivos e então faz seus próprios julgamentos” a partir deste modelo (BURT, 1987, p. 1293, tradução nossa). É possível que uma comunicação empática – ou relação direta pessoa a pessoa – possa fazer parte do contexto em análise, porém tal comunicação não é mandatória e por isto a equivalência estrutural adquire posição genérica no processo de contágio (BURT, 1987).

Por fim, por campo organizacional, os autores Galaskiewicz e Burt (1991) adotam a definição dada por DiMaggio e Powell (1983) que entendem o campo como a totalidade de atores relevantes – organizações – que constituem uma área de vida institucional.

3 Metodologia

A abordagem metodológica de estudo de casos exploratórios mostrou-se adequada para este trabalho, pois se trata de um evento contemporâneo onde os limites entre processo e contextos não são claramente definidos (YIN, 2005). O campo, como contexto de análise, exigiu uma abordagem segundo Gummesson (2007), a qual sugere que é possível revelar padrões de relacionamento entre atores do processo quando consideramos análise de redes sociais, o quê,

segundo autor pode revelar padrões abstraídos pelo processo da contextualização extensivamente presente em estudos de caso (GUMMESSON, 2007). Neste estudo, a triangulação ocorreu entre estrutura de relacionamento em rede e regras de governança expressa nas regras objetivadas pelos casos em análise – cânones, regimentos internos e estatutos.

O presente trabalho se configura como um Estudo de Casos Múltiplos, pois contempla 3 (três) casos de PPGAs em IESs confessionais do Estado de São Paulo. No entanto, o contexto do Estado de São Paulo exigiu a tabulação de matrizes de docentes por PPGAs, o que acabou por revelar as redes normativas de todos os PPGAs do Estado e sua relação com a CAPES.

3.1 Definição dos atores deste campo

3.1.1 PPGA

Um programa de pós-graduação em administração é resultado de trabalho intelectual composto por seus docentes, que também exercem a função de pesquisadores. Um PPGA tem como principais resultados (ou saídas) a produção intelectual e a formação de docentes e pesquisadores. Vale observar aqui que um PPGA é gerido por pessoa(s) de seu próprio efetivo que desempenha(m) a função de coordenação por ciclos de tempo limitado e que ao final deste ciclo devem ser substituídas por outro docente dentre os docentes permanentes.

3.1.2 CAPES

A CAPES, assim como um PPGA, também é composta por representantes da área acadêmica, representantes do setor produtivo, representantes de associações e fóruns relevantes, além de seus membros natos. Em sua constituição predominam representantes da comunidade acadêmica em geral. Trata-se de uma estrutura organizacional composta por docentes e pesquisadores, os mesmos que compõe o quadro funcional dos programas de pós-graduação (CAPES, 2010). Trata-se de uma organização que, de alguma forma, busca laços de relacionamento com representantes do campo acadêmico. Essa característica de uma relação em rede, que quase lhe confere uma replicação do próprio campo através de uma representação dos diversos atores deste, atribui a condição necessária para atuar sobre os 03 (três) pilares da teoria institucional, o normativo, o regulatório e o cultural-cognitivo (SCOTT, 2008). Fica evidente no próprio caráter regulatório da CAPES, que como órgão regulador tem poderes coercitivos para mobilizar a ação no campo, o que explica parte de seu poder de transformar o campo e institucionalizar mudanças. Mas outro aspecto de sua constituição é o envolvimento da própria comunidade em todo o processo regulatório. Os representantes da comunidade acadêmica (os mesmos pesquisadores e docentes afiliados a PPGs) levam para dentro e para fora da CAPES suas determinações e deliberações normativas.

O objetivo geral de verificar como a CAPES é capaz de produzir transformações no campo acadêmico é parcialmente respondido pela breve análise teórica anterior. Todavia Karl Weick afirma que os processos de institucionalização são fundamentados na intersubjetividade entre os atores deste campo (WEICK, 1995). Diz-se intersubjetivamente, pois se trata de uma prática que transcende a subjetividade presente em apenas uma organização ou grupo. Trata-se de uma subjetividade inovadora compartilhada por distintas organizações que as seguem como referencial de ação. Weick (1995) atribui o mecanismo social de ação e atribuição de significados para o ato de organizar às redes sociais e as interações unidirecionais e bidirecionais que nelas ocorrem. Esse autor também ressalta a importância do tipo de interação na produção de sentido, uma vez que, para ele, interações unidirecionais são associadas a interações simbólicas, e,

portanto associações com interpretações imaginárias. Para melhor compreender o processo simbólico podemos nos basear nas interações bidirecionais, ou por onde há trocas interativas entre atores, um processo em que ocorre o compartilhamento de interpretações num ir-e-vir até que ocorra a intersubjetividade. Ou seja, trata-se de um mecanismo de produção de sentidos compartilhados, ou o processo de organizar a partir do compartilhamento de subjetividades, compreendido como intersubjetivo. É possível perceber que o papel das redes sociais é fundamental para que o mecanismo de compartilhamento de subjetividades atinja o seu grau máximo em organizações, o da subjetividade genérica, ou de uma subjetividade genericamente aceita, normalmente, objetivada em regras, normativas, regimentos, estatutos e cânones. Na interação unidirecional, a interpretação adquire sentidos próprios, não necessariamente compartilhados entre diferentes atores.

Estas reflexões permitem uma aproximação teórica/empírica para a análise de como a CAPES institucionaliza transformações. O primeiro aspecto empírico refere-se às redes sociais normativas existentes entre atores no campo. Assim, esse trabalho se concentra na relação normativa entre os PPGAs e a CAPES através do agente denominado Comissão de área do CTC-ES. O segundo aspecto reside na objetivação de subjetividades do campo dos PPGAs – modelo teórico proposto por Clegg (1994) e Weick (1995). Tais reflexões emergiram da triangulação dos resultados obtidos nas redes normativas, “PPGAs X CAPES”, com os dados obtidos nas entrevistas e análise de conteúdo dos regimentos, estatutos e cânones.

3.2 Unidade de análise

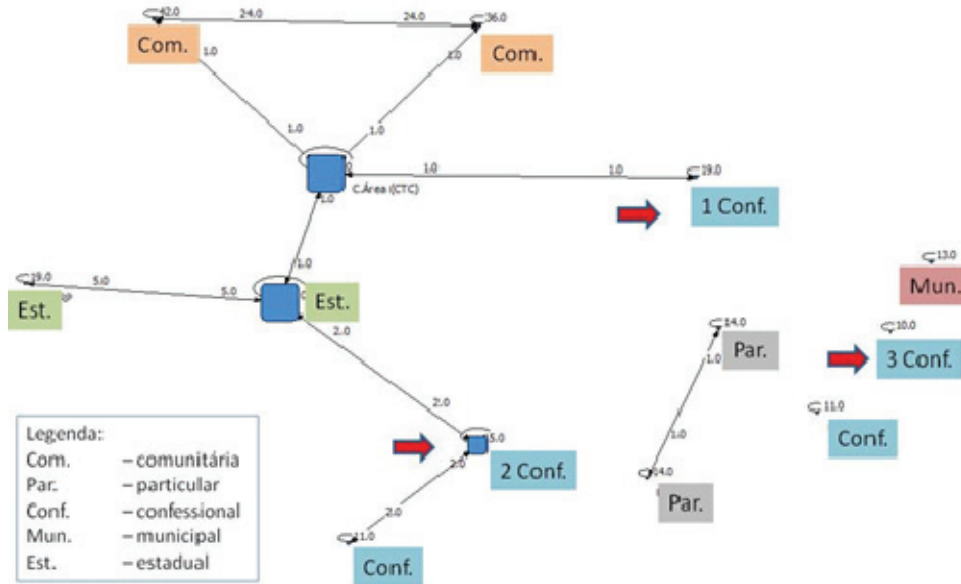
A organização PPGA e seus docentes, assim como a CAPES e seus consultores ad-hoc são indissociáveis, e por isso o transitar entre organizações, consultores e docentes pode resultar em uma dúvida sobre onde se encontra a unidade de análise, se nos indivíduos ou nas organizações. A forma encontrada para solucionar este problema está na abordagem teórica proposta por Granovetter (1985), Clegg (1994) e Weick (2005). Esses autores enfatizam que indivíduos e organizações fazem parte de um processo de estruturação e formação mútua. Nessa perspectiva, indivíduo abordado como um ser social e a organização como um produto social, nos dá a unidade de análise que expressa a mútua influência que ocorre entre organização e indivíduo, ou seja, nossa unidade reside na relação normativa entre atores. Assim, foram selecionados 3 (três) casos singulares de PPGAs do estado de São Pauloⁱ, no horizonte compreendido nos triênios 2004-2006 e 2007-2009.

4 Resultados da pesquisa

Para a elaboração da pesquisa utilizou-se como fonte de dados o portal da CAPES. No portal, foram filtrados os PPGAs do Estado de São Paulo e em seguida foram categorizados nas seguintes áreas de conhecimento: Administração de Empresas, Administração, Administração de Organizações, Administração das Micro e Pequenas Empresas e Gestão de Negócios. Para todos os PPGAs que atenderam aos filtros de Estado e área de conhecimento, foram selecionados os Cadernos Indicadores CD. Todos os Docentes e suas categorias contratuais (P, C e V) destes cadernos foram transferidos para uma base de dados contendo nome do docente e nome do PPGA por categoria contratual por ano (2004-2009). Todos os nomes de docentes que se repetiam por IES foram conciliados na matriz Docente X PPGA/categoria contratual/ano (Matriz K). O produto das matrizes K^{-1} por K originou uma matriz PPGA por PPGA por ano, onde os laços de relacionamento são os docentes afiliados a dois ou mais PPGAs (SANTOS, 1977). Em seguida foram levantados os nomes de docentes que atuaram como consultores ad-hoc para Comissão de

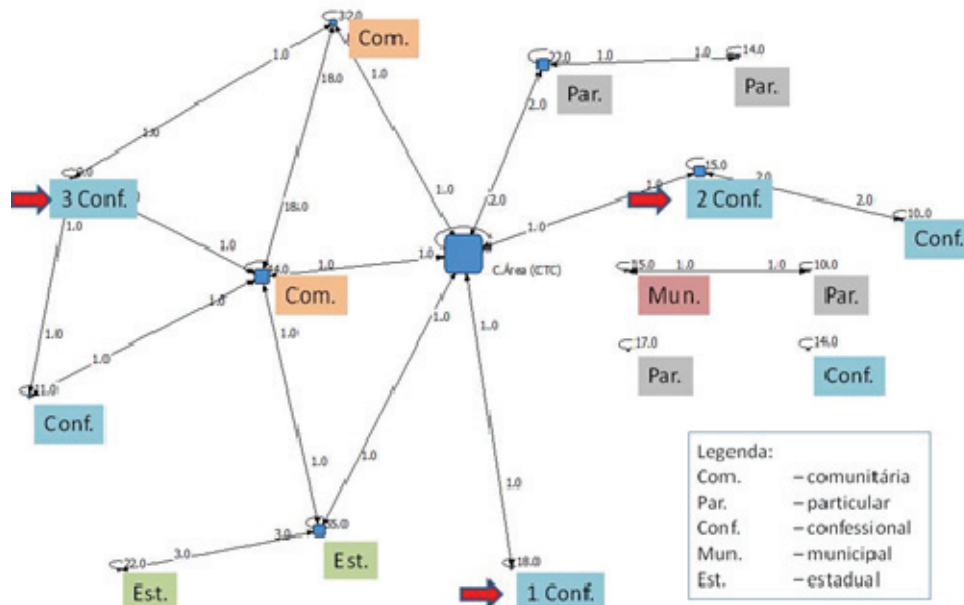
Área de Administração do CTC-ES para as avaliações trienais de 2007 e de 2010. Os nomes dos consultores foram conciliados com a lista de docentes afiliados aos PPGAs do Estado de São Paulo, formando assim a rede normativa de PPGAs X CAPES para os anos de 2007 e 2010. As Figuras 1 e 2 a seguir mostram os grafos oriundos das matrizes PPGAs X CAPES elaborada com uso do UCINET 6.0 (BORGATTI, EVERETT e FREEMAN, 2002):

Figura 1 – Grafo PPGAs X CAPES (avaliação trienal 2007)



Fonte: Produzido pelos autores

Figura 2 – Grafo PPGAs X CAPES (avaliação trienal 2010)



Fonte: Produzido pelos autores

Os casos analisados são confessionais numerados de 1 (um) a 3 (três). A confessional 1 (um) é a mesma nos dois triênios avaliadas, assim como a confessional 2 (dois) e a confessional 3 (três). Nos grafos anteriores as confessionais analisadas aqui estão designadas por “1 Conf.”, “2 Conf.” e “3 Conf.”. Para melhor identificação colocou-se uma seta na cor vermelha indicando os casos. Uma categoria adotada para classificar os PPGAs é sua posição com relação à Comissão de Área do CTC-ES e outros PPGAs – se central ou periférico, conforme se destaca no quadro 1. Neste quadro apenas os casos analisados neste trabalho foram classificados segundo as categorias Centro e Periferia.

Quadro 1 – Posição relativa ao CTC-ES

IES	2007	2010
1 Conf.	Centro	Centro
2 Conf.	Periferia	Centro
3 Conf.	Periferia	Periferia

Fonte: Produzido pelos autores

Nas Figuras 1 e 2 estão presentes os PPGAs representados pelos nós (quadrados azuis), estes nós são de diferentes tamanhos. O tamanho representa a conexidade do nó, quanto maior o número de laços, maior a conexidade. Sobre o laço encontram-se os laços reflexivos, que são representados pela linha circular iniciando e terminando num mesmo nó. Este laço é número de docentes afiliados ao PPGA. Unindo os nós estão os laços de relacionamento profissional (ou normativo). Este laço representa o número de docentes afiliados a duas ou mais organizações (PPGA X PPGA ou PPGA X Comissão de área do CTC-ES). Em alguns casos o laço profissional é bastante forte, como exemplo tome a relação entre os dois nós denominados “Com.” da Figura 2, 18 docentes estão afiliados em duas organizações diferentes. Outro exemplo é a relação existente entre uma “Par.” e a Comissão de área CTC-ES, dois docentes estão duplamente afiliados. O laço profissional (ou normativo) é expresso pelo número de docentes com dupla afiliação.

Na figura, é possível observar que a conexidade vem diretamente do número de laços de um nó. Quando observamos a rede de relacionamentos normativos do Estado de São Paulo na avaliação trienal de 2007, vemos que a Comissão de Área do CTC-ES compartilha uma medida de conexidade equivalente com um dos PPGAs “Est.”. Já no na avaliação trienal de 2010 a Comissão de Área do CTC-ES adquiriu maior conexidade no campo.

A Comissão de Área de Administração do CTC-ES tem como função realizar a avaliação dos PPGAs e elaborar as recomendações que a CAPES irá legitimar. Portanto, a rede de relacionamentos profissionais entre PPGAs e Comissão de Área do CTC-ES atua como ponte de ligação entre atores organizacionais para o compartilhamento de significados (MACHADO-DASILVA, GUARIDO FILHO e ROSSONI, 2006). A conexidade com a Comissão de Área do CTC-ES permite um relacionamento onde a natureza da comunicação pode ser categorizada como bidirecional (WEICK, 1995). A relação indireta, ou uma relação não diretamente com a Comissão de Área do CTC-ES, produz compartilhamento de significados, porém de segunda ou terceira mão, sujeita a uma interpretação simbólica que podemos categorizar como unidirecional (WEICK, 1995). Neste caso o mecanismo que mais se adequa ao processo de compartilhamento de significados é a equivalência estrutural, pois a unidirecionalidade na comunicação é bem representada no processo de contágio pelo que é percebido como atrativo entre os atores “ego” e seu “alter” (GALASKIEWICZ e BURT, 1991).

4.1 Entrevistas

Durante as entrevistas com o ator da “1 Conf.” não houve referências a outros programas, de fato o discurso mantinha a própria “Conf.” como referência. Eventualmente seja um padrão para quem se posicione como inovador. No discurso do ator da “3 Conf.” surgem referências a “1 Conf.” e a uma “Com.” como “alter” (GALASKIEWICZ e BURT, 1991), como “alguém” a ser seguido. O ator da “2 Conf.” mostrou o mesmo padrão de crenças, porém os “alters” (GALASKIEWICZ e BURT, 1991) associados foram IESs estaduais e federais.

Historicamente a “1 Conf.” sempre manteve sua posição central, enquanto a “3 Conf.” uma posição periférica e a “2 Conf.” mobilizou-se de periférica para uma relação central com a Comissão de Área do CTC-ES nos dois triênios em análise – trienal 2004-2006 e trienal 2007-2009. O caso “2 Conf.” é singular, pois do triênio 2004-2006 mobilizou-se da categoria periférico para central no triênio 2007-2009, mas ainda manifesta uma relação ego-alter no discurso de seu entrevistado. Resultado de uma relação periférica relativa à Comissão de Área do CTC-ES.

É possível supor uma relação entre as categorias de posicionamento relativo ao CTC-ES (central/periférico) e a categoria de relacionamento (Conexidade e Equivalência Estrutural) expressa na presença (Equivalência Estrutural) ou ausência (Conexidade) de “alters” – aquele(s) que “ego” deseja assemelhar-se (GALASKIEWICZ e BURT, 1991).

Quadro 2 – Tipo de relacionamento com CTC-ES

IES	Relacionamento
1 Conf.	Conexidade
2 Conf.	Equivalência Estrutural → Conexidade
3 Conf.	Equivalência Estrutural

Fonte: Produção pelos autores

4.2 Regras

Nos laços profissionais (normativos) reside a síntese de quem são as organizações e seus indivíduos; (i) da estruturação organizacional os indivíduos organizacionais retiram parte de quem são, e (ii) a estrutura por sua vez é o resultado de um sentido compartilhado (GRANOVETTER, 1985; CLEGG, 1994; WEICK, 1995). Os dois casos em que se observou a presença de uma relação por equivalência estrutural (relação “alter” e “ego”) possuem um histórico de uma relação indireta com o CTC-ES – “2 Conf.” e “3 Conf.”. A exceção é o caso “2 Conf.” que no triênio 2004-2006 relacionava-se indiretamente com a CTC-ES e na trienal 2007-2009 passou a se relacionar com o CTC-ES diretamente. O caso “1 Conf.” é singular entre os casos analisados neste estudo pela ausência de “alters”. O modelo de contágio por conexidade pode ser aplicável a organizações centralmente posicionados na rede e o modelo de equivalência estrutural é melhor aplicável a organizações periféricamente posicionadas. Embora o estudo de Galaskiewicz e Burt (1991) tenha confrontado os dois modelos e dado indicações de que o modelo por equivalência estrutural melhor representa o fenômeno, pois quantitativamente podem existir muito mais atores periféricos que centrais, na nossa compreensão, em uma ponderação contra o modelo da conexidade, a equivalência estrutural pode ser mais representativa em uma amostra.

Dos dados coletados a partir dos Regimentos Internos, Estatutos e Cânones das 3 (três) IESs confessionais analisadas originaram-se as seguintes categorias de análise; (i) Atualização de

regras, (ii) Influência da Igreja e (iii) Estrutura organizacional, puderam-se fazer as seguintes identificações:

Quadro 3 – Comparação entre os casos

IES	Atualização de regras	Influência da Igreja	Estrutura organizacional
1 Conf.	Publicação em 2010	Poder de nomeação de cargos. Poder de destituição restrito e realizado por colegiado de avaliação continuada.	Estatuto único orientado a governança educacional. Novas entidades organizacionais por colegiado: (i) CEPE e (ii) Avaliação continuada.
2 Conf.	Publicação em 2010	Poder de nomeação de cargos. Poder de destituição restrito e realizado por colegiado de avaliação continuada.	Estatuto único orientado a governança educacional. Novas entidades organizacionais por colegiado: (i) CEPE e (ii) Avaliação continuada.
3 Conf.	Publicação em 2006	Poder de nomeação e destituição de cargos por intervenção em qualquer nível.	Estatuto fracionado em 3 (três) instâncias administrativas.

Fonte: Produzida pelos autores

Das categorias listadas acima foi possível identificar um caso de isomorfismo entre os casos “1 Conf.” e “2 Conf.”. A tese de DiMaggio e Powell (1983) é de que o processo de institucionalização é o tido-por-certo social, compartilhado, coletivo e que leva à transformação de um campo organizacional ao longo do tempo. Algo que é possível verificar no movimento realizado pelo caso “2 Conf.”. Outra relação observada aqui é a posição relativa ao CTC-ES das organizações “1 Conf.” e “2 Conf.”, quanto mais próximo do CTC-ES mais aderentes ao PNPGE 2005-2009 estes casos se tornaram. O colegiado denominado CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) se apresenta como um dos objetivos de institucionalização da CAPES em sua quarta edição do PNPGE – PNPGE 2005-2009.

A pergunta sobre como a CAPES institucionaliza transformações, agora pode ser respondida empiricamente. A conexão com o campo organizacional aparenta ser o modelo mais aderente ao processo de transformação liderado pela CAPES. Não se trata apenas de um processo coercitivo, mas também normativo e mimético (SCOTT, 2008). Também há convergência com a proposição de Weick (1995), pois dois atores distintos de um mesmo campo concordam em uma estrutura única denominada CEPE e com as mesmas atribuições. Trata-se aqui de um caso de inter-subjetividade entre a “1 Conf.” e a “2 Conf.” em direção a um modelo genérico-subjetivo (WEICK, 1995). Neste momento é importante ressaltar que o campo das PPGAs está em intensa transformação e subjetividades genéricas ao campo estão sendo questionadas. Este achado aparenta ser um evento que representa o conceito de produção de sentido em momentos de incertezas, porém sentidos inovadores que dão resposta às novas condições a que o campo está submetido (WEICK, 1995).

O colegiado de avaliação continuada é outro exemplo de isomorfismo (DiMAGGIO e POWELL, 1983) entre os casos “1 Conf.” e “2 Conf.”, porém se trata de uma necessidade do campo e não necessariamente oriunda dos planos de institucionalização da CAPES.

5 Conclusões e Recomendações de Estudos Futuros

Rememora-se que o objetivo deste trabalho foi analisar empiricamente o modo como a CAPES tem sido capaz de produzir transformações no campo acadêmico e como as redes de relacionamento normativo influenciam as respostas estratégicas dadas pelas PPGAs.

É possível supor uma relação entre as categorias de posicionamento relativo ao CTC-ES (central/periférico) e a categoria de relacionamento (Conexidade e Equivalência Estrutural)

expressa na presença (Equivalência Estrutural) ou ausência (Conexidade) de “alter(s)” – aquele(s) que “ego” deseja assemelhar-se (GALASKIEWICZ e BURT, 1991).

A CAPES não tem objetivo de influenciar o planejamento estratégico dos PPGAs (MACCARI, ALMEIDA, *et al.*, 2009), porém quanto mais próximo da Comissão de Área do CTC-ES um PPGA se torna, o PPGA se torna mais aderente aos objetivos de institucionalização propostos no PNPG 2005-2009. Aparentemente o mecanismo de institucionalização da CAPES é o da Conexidade. A relação dos casos “1 Conf.” e “2 Conf.” com a Comissão de Área do CTC-ES pode ter produzido nestes casos a modernização de suas regras de governança, tornando-as aderentes aos objetivos de institucionalização do PNPG 2005-2009.

A conexidade aparenta ser um modelo empírico para descrever o processo de compartilhamento de subjetividades entre organizações. Organizações que se posicionem como seguidoras replicam subjetividades genéricas, subjetividades que sejam objetivadas, uma vez que subjetividades oriundas de equivalência estrutural não sejam negociadas entre duas partes o resultado pode ou não ser genérico, mas sim uma interpretação que não reflita o caráter genérico. A objetivação de regras permite o acesso às tais regras e por consequência a imitação de regras genéricas. Porém, é necessário que mais estudos se aprofundem nesta proposição.

Destaca-se como limitação dessa pesquisa o número de casos estudos. Sugerem-se futuras expansões dessa análise para IESs particulares, estaduais, ou mesmo comunitárias. Recomenda-se manter a contextualização segundo a mesma estratégia metodológica de combinar estudo de casos com análise de redes sociais. Tal estratégia é poderosa por ser a análise de redes sociais também uma fonte de modelos teóricos (GUMMESSON, 2007). Isto pôde ser comprovado, na presente análise, particularmente nos modelos de equivalência estrutural e conexidade que são modelos teóricos de análise de redes sociais (WASSERMAN e FAUST, 2008). Tais modelos teóricos são convergentes com o processo de imitação proposto por Burt (1987) e Galaskiewicz e Burt (1991) como sendo os modelos empíricos aderentes ao processo de isomorfismo de DiMaggio e Powell (1983). Também há convergência dos modelos de equivalência estrutural e conexidade proposto por Galaskiewicz e Burt (1991), com os princípios de comunicação unidirecional e bidirecional, respectivamente, proposto por Weick (1995). Weick (1995) e Clegg (1994) sugerem estudos etnográficos para a análise da produção de sentido, abordagem não adotada neste trabalho, mas que pode se constituir como objetivo de pesquisas futuras no campo. Assim, sugere-se:

- Uma abordagem etnográfica para casos de categoria central e periférica.
- Ampliação dos estudos nos mesmos moldes para diferentes PPGAs – Comunitárias, Particulares e Estaduais.
- Expandir o estudo para todo o território nacional.

Por fim, destacam-se as principais contribuições desse artigo: (i) a convergência teórica de produção de sentido e teoria institucional, com a abordagem empírica de análise de redes sociais, e (ii) o uso combinado das metodologias de análise de redes sociais e estudos de caso.

Referências

- BORGATTI, S. P., & FOSTER, P. C. (2003). The Network Paradigm in Organizational Research: A Review and Typology. *Journal of Management*, pp. 991-1013.
- BORGATTI, S., EVERETT, M., & FREEMAN, L. (2002). Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis. Version 6.303. *Analytic Technologies*.
- BURT, R. S. (1987, May). Social Contagion and Innovation: Cohesion Versus Structural Equivalence. *The American Journal of Sociology*, 92 (6), pp. 1287-1335.

- CAPES. (2004, Dez). *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Retrieved Mar. 16, 2010, from Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao>
- CAPES. (2010). *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Retrieved Abril 17, 2011, from Sobre a CAPES: <http://www.capes.gov.br/>
- CLEGG, S. (1994). Weber and Foucault: Social Theory for the Study of Organizations. *Organization articles*, 1 (1), pp. 149-178.
- COGEIME. (2006). Estatuto, de 28 de outubro de 2006. *Portal COGEIME da Internet*.
- DiMAGGIO, P. J., & POWELL, W. W. (1983, April). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48 (2), pp. 147-160.
- FUNDASP. (São Paulo, 2010). *Histórico da FUNDASP*. Retrieved Outubro 28, 2010, from Portal PUC/SP da Internet: http://www4.pucsp.br/fundasp/a_fundacao/historico.html
- GALASKIEWICZ, J., & BURT, R. S. (1991, March). Interorganization Contagion in Corporate Philanthropy. *Administrative Science Quarterly*, 36, pp. 88-105.
- GRANOVETTER, M. S. (1985, Nov.). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91 (3), pp. 481-510.
- GRANOVETTER, M. S. (1973, May). The Strength of Weak Ties. *The American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380.
- GUIMARÃES, T. d., GOMES, A. d., ODELIUS, C. C., ZANCAN, C., & CORRADI, A. A. (2009). A Rede de Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil: Análise de Relações Acadêmicas e Atributos de Programas. *RAC*, 13 (4), pp. 564-582.
- GUMMESSON, E. (2007). Case study research and network theory: birds of a feather. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 2 (3), pp. 226-248.
- IMB. (2007). Cânones 2007-2011 da Igreja Metodista do Brasil segundo o 18o Concílio Geral, em 19 de dezembro de 2006. *Portal Nacional da Igreja Metodista na internet*, 227.
- IPB. (2010). *IPM: Instituto Presbiteriano Mackenzie*. Retrieved Outubro 2010, from Portal de Internet da Igreja Presbiteriana do Brasil: <http://www.ipb.org.br/portal/educacao>
- MACCARI, E. A., ALMEIDA, M. I., NISHIMURA, A. T., & RODRIGUES, L. C. (2009, outubro-dezembro). A getão dos programas de pós-graduação em administração com base no sistema de avaliação da CAPES. *Revista de Gestão USP*, 16 (4), pp. 1-16.
- MACCARI, E. A., RODRIGUES, L. C., ALESSIO, E. M., & QUONIAM, L. M. (2008). Sistema de avaliação da pós-graduação da Capes: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em Administração. *RBPG*, 5 (9), 171-205.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L., GUARIDO FILHO, E. R., & ROSSONI, L. (2006). Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação. *RAC*, pp. 159-196.
- MACHADO-DA-SILVA, C., & ROSSONI, L. (2007, Out./Dez.). Persistência e Mudança de Temas na Estruturação do Campo Científico da Estratégia em Organizações no Brasil. *RAC*, 11 (4), pp. 33-58.
- MELLO, C. M., CRUBELLATE, J. M., & ROSSONI, L. (2010, Mai./Jun.). Dinâmica de Relacionamento e Prováveis Respostas Estratégicas de Programas Brasileiros de Pós-Graduação em Administração à Avaliação da Capes: Proposições Institucionais a partir da Análise de Redes de Co-Autorias. *RAC*, 14 (3), pp. 434-457.

- MELLO, C. M., CRUBELLATE, J. M., & ROSSONI, L. (2009). Redes de coautorias entre docentes de programas brasileiros de pós-graduação (Stricto Sensu) em administração: aspectos estruturais e dinâmica de relacionamento. *RAM*, 10 (5), 130-153.
- NORD, W. R., & FOX, S. (2004). O indivíduo nos Estudos Organizacionais: o Grande Ato de Desaparecimento? In S. R. Clegg, C. Hardy, W. R. Nord, M. Caldas, R. Fachin, & T. Fisher (Eds.), *Handbook De Estudos Organizacionais: Ação e Análise Organizacionais* (1 ed., Vol. 3, pp. 186-225). São Paulo: Atlas.
- PUC/SP, & FUNDASP. (São Paulo, 2009, Agosto). *Estatuto FUNDASP sob ato constitutivo no. 526.748, em 29 de nov. de 2006. Estatuto da PUC/SP aprovado pelo Conselho Superior da FUNDASP, de 22 de ago. de 2008. Regimento Geral aprovado pelo Conselho Superior da FUNDASP, em 14 de mai. de 2009.* (D. d. PUC/SP, Producer) Retrieved Outubro 28, 2010, from Portal PUC/SP da Internet: <http://www.pucsp.br/universidade/documentos>
- ROSSONI, L., & GUARIDO FILHO, E. R. (2009). Cooperação entre Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil: Evidências Estruturais em Quatro Áreas Temáticas. *RAC*, 13 (3), pp. 366-390.
- ROSSONI, L., & GUARIDO FILHO, E. R. (2007, Out/Dez). Cooperação Interinstitucional no Campo da Pesquisa em Estratégia. *RAE*, 47 (4), pp. 74-88.
- SANTOS, N. M. (1977). *Vetores e Matrizes* (2 ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- SCOTT, W. R. (2008). *Institutions and Organizations: Ideas and Interests* (3 ed.). Los Angeles: SAGE Publications.
- UMESP. (2007). Estatuto da Universidade Metodista de São Paulo segundo resolução CONSUN no 01/2007, em 14 de dezembro de 2006. *Portal UMESP Intranet*.
- UPM. (São Paulo, 2010). *Estatuto publicado pelo ATO DA REITORIA nº 01, de 25 de fevereiro de 2010.* Retrieved Outubro 27, 2010, from Portal UPM da Internet: <http://www.mackenzie.br/estatuto.html>
- UPM. (São Paulo, 2010). *Regimento Geral publicado pelo ATO DA REITORIA nº 01, de 25 de fevereiro de 2010.* Retrieved Outubro 27, 2010, from Portal UPM da Internet: http://www.mackenzie.br/regimento_geral.html
- WASSERMAN, S., & FAUST, K. (2008). *Social Network Analysis: Methods and Applications* (17 ed.). New York: Cambridge University Press.
- WEICK, K. E. (1995). *Sensemaking in Organizations* (1 ed.). New York: Sage.
- WEICK, K. E., SUTCLIFFE, K. M., & OBSTFELD, D. (2005, Jul-Aug). Organizing and the process of sensemaking. *Organization Science*, 16 (4), pp. 409-421.
- YIN, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Metodos* (3 ed.). Porto Alegre: Bookman.

ⁱ Como procedimento ético da pesquisa as identidades das instituições não são citadas no trabalho.